

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 4

12 de dezembro de 2018

(17 h 42 m – 18 h 46 m)

Ordem do dia:

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ascenso Simões (PS)

Berta Cabral (PSD)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

João Vasconcelos (BE)

Carlos Abreu Amorim (PSD)

Jorge Machado (PCP)

Ricardo Bexiga (PS)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Presumivelmente, esta reunião será célere, mas, como é óbvio, demorará o tempo que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados quiserem que demore.

Cumpre-me dar nota e agradecer todo o trabalho e diligência dos Srs. Coordenadores e da Sr.^a Coordenadora. Conforme deliberado no último plenário da Comissão, tentámos encontrar uma metodologia consensual que permitisse dar início aos trabalhos, pelo que, de modo grato, comunico a todos que foi possível.

A lista do primeiro grupo de audições a realizar, que todos receberam ontem, corresponde ao resultado de um trabalho aturado que, mais do que consensual, foi unanimemente aprovado.

Permitam-me que dê uma pequena explicação, sendo a Sr.^a e os Srs. Coordenadores, obviamente, livres de usar da palavra se quiserem complementar estas observações: perante o número considerável de elementos que esta Comissão pretende ouvir, foi decidido que o primeiro grupo a ouvir estaria restringido à estrutura militar territorial e a outras entidades anteriores a 2016, que, de algum modo, e perdoem-me a coloquialidade, corresponde à pré-história do evento de Tancos. Como sabem, algumas das pessoas que constam da lista ainda estão no exercício das suas funções, mas foram agrupadas neste esquema com esta lógica subjacente.

Colocarei essa lista à disposição de todos, pelo que peço que me informem se houver alguma manifestação de discordância. Dos Srs. Coordenadores já obtive concordância, mas esta reunião visa obter a anuência por parte do plenário. De qualquer maneira, assim que ela for

aprovada — presuntivamente, sê-lo-á hoje —, serão expedidas as convocatórias.

Relativamente à deslocação a Tancos e a Santa Margarida, tivemos a preocupação de verificar a disponibilidade junto dos partidos requerentes das respetivas declarações e foi consensualizada, e posso dizer que está já fixada, a data de 8 de janeiro, sendo expectável que a mesma seja iniciada com um *briefing*, tal como solicitado pela Sr.^a Deputada Berta Cabral.

Portanto, essa deslocação será no dia 8 e esperamos que logo no dia 9 tenha lugar a primeira audição. Ambas as datas serão ainda objeto de confirmação e será enviada uma convocatória, mas, de qualquer maneira, podem já tê-las presentes na agenda.

Ficou também assente que, para além das quartas-feiras — que já tínhamos consensualizado em plenário que seria o dia das reuniões ordinárias —, mercê do volume de audições que teremos de fazer, também poderá haver audições às quintas-feiras no mesmo horário, ou seja, ao final da tarde, bem como às terças-feiras, embora esse dia da semana já dependa de uma ponderação a ser feita subsequentemente.

O que ficou já acordado é que as audições se realizarão às quartas e quintas-feiras.

A ser aprovada essa lista, se ela estiver nos termos em que foi disponibilizada às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados, a primeira audição realizar-se-á, repito, no dia imediatamente subsequente à deslocação a Tancos — portanto, podeis contar com o dia 9.

Serão expedidas as convocatórias assim que a lista venha a ser aprovada. Entretanto, também foram expedidas, porque isso já não dependia desta reunião, as solicitações dos documentos que haviam sido aprovados.

Como sabem, nos termos legais, a entidade destinatária possui um prazo de 10 dias para responder — a que se somam os dias do correio —,

pelo que é expectável que a partir do final da próxima semana comecem a chegar os documentos. Obviamente que, através dos Srs. Deputados Coordenadores, será dado a conhecer o teor desses documentos ou, pelo menos, a possibilidade da sua consulta.

Pergunto se há Srs. Deputados interessados em usar da palavra.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Eu, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, concordando com o que disse, da nossa parte não há nada mais a acrescentar.

Só gostaria que o Sr. Presidente nos informasse, para que fique registado, do resultado do contacto com o Sr. Deputado Aguiar Branco ou, melhor, com o Sr. Dr. Aguiar Branco, que é nessa qualidade que ele aqui vem, conforme o que tinha ficado acordado. Talvez o Sr. Presidente ou a Sr.^a Deputada Berta Cabral nos possam dar essa informação, para que fique registado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, tenho todo o gosto em responder-lhe.

É inequívoco que o Sr. Deputado Aguiar Branco, por força das funções que exerceu, poderia estar ligado à «pré-história» do evento já que, manifestamente, as exerceu em data anterior. Mas, uma vez que exerceu funções de natureza política, ficou consensualizado que iria ser ouvido quando também fossem ouvidos outros responsáveis políticos.

Essa agregação será a seu tempo formalizada, mas foi dada total disponibilidade ao próprio para decidir se pretendia ser ouvido nesta primeira fase, juntamente com a estrutura militar, e assim atendia-se à

cronologia, ou se preferia ser ouvido posteriormente, tendo em conta as funções de natureza política que desempenhou.

Solicitei à Sr.^a Deputada Berta Cabral que inquirisse o Sr. Deputado sobre a sua vontade, sendo certo que, antecipadamente, referi que, por unanimidade dos Srs. Deputados Coordenadores, aquela que fosse a sua opção seria também a decisão da Comissão. O Sr. Deputado Aguiar Branco manifestou vontade de ser ouvido nesta Comissão quando viesse outro grupo...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Qual outro grupo, ao certo?

O Sr. **Presidente**: — O grupo dos decisores políticos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, dou nota de que não temos nada a opor à metodologia que aqui apresentou, a qual, aliás, já tinha sido previamente conversada entre nós.

Concordamos com a lista de audições e com a visita, no dia 8 de janeiro, a Tancos e a Santa Margarida, com o respetivo *briefing*.

Também me parece exequível que as reuniões, tal como tínhamos falado, sejam à quarta e à quinta-feira, tendo em conta que, a seguir ao Plenário, temos disponibilidade. Embora haja outras comissões a decorrer — por exemplo a comissão relativa à Estratégia Portugal 2030 — que também funcionam após o Plenário, tentaremos conciliar tudo isso. À terça-feira já não é tão fácil, uma vez que é o dia reservado às comissões permanentes, cujas reuniões costumam ir até tarde. De qualquer maneira, se for necessário, encontraremos sempre solução para isso.

Em relação à data da primeira audição, não há problema nenhum, desde que os documentos já tenham chegado.

No entanto, em relação a esta questão, queria apresentar ao Sr. Presidente uma pequena sugestão para que, à medida que os documentos forem chegando, sejam enviados para as moradas que indicarmos, porque, a partir do dia 21 de dezembro, os Deputados já não estarão na Assembleia da República e é natural que seja necessário consultar esses documentos até voltarmos aos nossos trabalhos no dia 3 de janeiro.

Quem não estiver interessado, consulta os documentos a partir do dia 3, mas para quem estiver interessado, havendo a possibilidade de os serviços os remeterem para as nossas moradas, seria, pelo menos da minha parte, uma forma de adiantar algum serviço. Obviamente, não virei de propósito dos Açores para consultar os elementos e preparar as audições.

Este seria um bom serviço a prestar aos Deputados que vivem mais afastados de Lisboa.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro, permitam-me que responda à Sr.^a Deputada Berta Cabral, pois a sua questão interessa a todos.

Além do problema da dimensão dos ficheiros, também há outro problema: previsivelmente, alguns desses documentos virão com classificação, o que obstará à sua libertação por essa via. Há documentos que, seguramente, não virão com classificação, mas, de qualquer maneira, virá a informação da possibilidade da sua consulta.

Os documentos que puderem ser distribuídos sê-lo-ão com esse condicionamento digital.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em nome do CDS, gostaria de dizer que nada temos a opor à deslocação a

Tancos no dia 8 de janeiro, nem ao facto de as audições se realizarem às quartas e quintas-feiras como regra de funcionamento da Comissão.

Quanto à lista de entidades a serem ouvidas, a sequência lógica que foi apresentada, ou seja, a de começarmos em primeiro lugar pelas personalidades ligadas à estrutura militar parece-nos razoável. Obviamente que poderá ser necessário, no final das audições, voltarmos a chamar alguém que consta desta lista. Por exemplo, no caso do General Rovisco Duarte, antigo CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), que entretanto se demitiu, é natural que seja necessário, na sequência das demais audições, ouvi-lo mais do que uma vez.

Foi proposto pelo Sr. Presidente, aliás, na sequência de um *e-mail* enviado, tanto quanto julgo saber, pelo Coordenador do Partido Socialista nesta Comissão, que as audições tivessem início no dia 9 de janeiro. Obviamente que este calendário fará todo o sentido, partindo do princípio de que serão recebidos os documentos de forma célere e que haverá o tempo que o CDS assumiu desde o início como tempo mínimo para que os grupos parlamentares pudessem consultar esses mesmos documentos.

Tendo em atenção a previsível dimensão e classificação de alguns documentos, que pode obrigar a que os Deputados se desloquem à Assembleia, poderá ser necessário ter algumas cautelas. Por isso mesmo, caso seja necessário, Sr. Presidente, poderá haver a necessidade de fazermos uma reunião para escalonar as audições de forma a garantir que todos os grupos parlamentares tenham condições para fazer a consulta dos documentos. É que a próxima semana será a última deste ano em que haverá trabalhos parlamentares e admitimos que haja Deputados que irão estar fora de Lisboa, nomeadamente aqueles que têm residência fora deste círculo.

Não será simples, com toda a certeza, fazer a consulta, durante o período das festas, de toda essa documentação. Portanto, temos alguma

preocupação em relação à data da primeira audição. Pode ser necessário repensar a data, dependendo da quantidade de documentos recebidos.

Por último, queria dizer que o facto de não ser possível, até em virtude da sua dimensão e classificação, enviar os documentos para todos os Deputados não deve inibir, Sr. Presidente, que se faça uma listagem dos documentos conforme forem chegando, bem como o estabelecimento de regras de consulta, as quais deverão conter, designadamente, a sua certificação, porque nos pode ser útil.

Desse modo, os assessores dos grupos parlamentares poderão ajudar a que estes documentos possam ser consultados de forma partilhada e, obviamente, garantindo as condições de segurança dos mesmos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tomei boa nota do que referiu.

Quero apenas mencionar que compreendo as suas preocupações e a todo o tempo esta Comissão estará em condições de acelerar, retardar ou reagendar alguma inquirição.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Tudo bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado também concordará com a proposta que foi feita de audições a realizar, sendo que as primeiras não carecerão propriamente de documentação.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Claro!

O Sr. Presidente: — Mas antecipo que algumas dificilmente serão úteis sem o acesso à documentação, portanto, não creio que haja objecção à sua proposta.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, penso que não haverá problema nenhum quanto à realização da primeira audição no dia 9.

O Sr. **Presidente**: — Tentemos manter o que está em vias de ser aprovado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, relativamente às propostas que o Sr. Presidente elencou e que, de um modo geral, os Srs. Deputados já referiram, o Bloco de Esquerda não tem nada a opor, inclusive quanto à proposta de hierarquia das entidades a ouvir. Foi consensualizado pela Mesa e o Bloco de Esquerda também deu a sua anuência.

Também nos preocupa, naturalmente, o volume de documentação que teremos de consultar, pelo menos numa primeira fase — percebo as preocupações da Sr.^a Deputada Berta Cabral. Mas, de qualquer modo, como foi referido, será muito difícil que alguns documentos cheguem às nossas residências devido à sua especificidade própria.

Quanto à data de 8 de janeiro, não temos nada a opor, antes pelo contrário. E também é aceitável a realização das reuniões às quartas, às quintas e, eventualmente, às terças-feiras.

Gostaria de colocar uma questão — não sei se já foi vista pela Mesa — que diz respeito à forma como irão ser ouvidas as entidades. Serão ouvidas individualmente ou agrupadas? O documento onde constam as primeiras audições a realizar está dividido por pontos, mas não é claro se as entidades serão ouvidas por grupo ou individualmente. Essa é uma questão que precisa de ficar esclarecida para ficarmos a saber exatamente como é que se irá passar.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço as suas palavras, Sr. Deputado, e respondo-lhe desde já: as entidades serão individualmente inquiridas.

Nesse documento estão agregadas de acordo, como se vê, com as funções exercidas, funções, aliás, que foram exercidas por mais do que um titular.

Como referi na reunião de Coordenadores, aplicando-se subsidiariamente — a lei manda aplicar subsidiariamente as regras do Código do Processo Penal —, os depoimentos das testemunhas devem ser individualizados, até por uma questão de consideração pelos próprios.

Se, eventualmente, alguma entidade entender, de *motu proprio*, vir acompanhada de outrem, obviamente que estaremos disponíveis para isso, mas, em princípio, as audições serão individuais.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, só levantei a questão porque esta situação foi aflorada nas reuniões.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Machado está a pedir a palavra?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, é para dizer que concordo.

O Sr. **Presidente**: — Exposta a metodologia, que, aparentemente, não suscita dúvidas a nenhum dos Srs. Deputados, pergunto se alguém se opõe a ela.

Pausa.

Não creio que se vote propriamente a metodologia, pois é uma questão consensualizada, portanto seguiremos desta forma.

A Sr.^a Deputada Berta Cabral tem alguma questão?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Tenho uma questão que gostaria de colocar ao Sr. Presidente.

Relativamente ao objeto desta Comissão, percebemos, na última reunião, que já haveria resposta da PGR (Procuradoria-Geral da República) ao PAR (Presidente da Assembleia da República) sobre os processos criminais em curso.

Portanto, pergunto-lhe se pode dar conta dessa resposta aos Coordenadores, para nos podermos guiar por ela aquando das inquirições.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo. Falaremos, então, dessa questão numa reunião de Coordenadores.

Nada mais havendo a tratar sobre este ponto da ordem do dia, segue-se o segundo ponto que consiste na nomeação do Deputado Relator.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, olhando para o histórico das comissões parlamentares, o Partido Socialista gostaria de apresentar um nome para Deputado Relator. O nome a indicar pelo Partido Socialista é o do Sr. Deputado Ricardo Bexiga, que conhecem como jurista, como Deputado e como político, pelo que nos parece que corresponde ao perfil mais adequado para esta função.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço a proposta do Partido Socialista, Sr. Deputado Ascenso Simões.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, recordo que, na última reunião, foi dito pelo Sr. Presidente desta Comissão que eu e o Sr. Coordenador do Partido Socialista, o Sr. Deputado Ascenso Simões, falaríamos sobre a nomeação do Relator.

E foi isso que fiz no dia seguinte. Liguei ao Sr. Deputado para falarmos sobre a forma como deveríamos propor um Relator para esta Comissão Parlamentar de Inquérito — recordo que foi aqui referido, na reunião anterior, que o PSD, como maior grupo parlamentar, teria a prerrogativa de propor um Relator e que falaríamos sobre isso. O Sr. Deputado Ascenso Simões informou-me que só estaria em condições de falar sobre isso na terça-feira, o que respeitei, pois, certamente, teve de fazer uma reunião prévia com o seu Grupo Parlamentar ou com o respetivo dirigente, o que é natural. No entanto, fui surpreendida com um *e-mail* do Sr. Deputado a informar-me que estava em condições de apresentar um nome para Relator.

Em relação a esta questão, entendemos que o PSD, como maior partido, deveria ter sido consultado, tal como foi combinado. Não tendo havido essa conversa, estamos, obviamente, em condições de propor um Relator.

O maior partido da oposição — por sinal, até ganhou as eleições e é o maior partido do Parlamento — está, naturalmente, em condições de apresentar uma proposta, daí que gostaria de pôr em cima da mesa o nome da Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes para Relatora desta Comissão. Isto por uma razão muito simples: como o PS tem a presidência da Comissão e apoia o Governo que está, de alguma forma, a ser escrutinado nesta Comissão de Inquérito, faria todo o sentido, até pela mensagem que passa para o exterior, não querer açambarcar todos os lugares de direção e de decisão dentro da Comissão.

Entendemos que seria um bom serviço a prestar ao Parlamento, um bom serviço a prestar a esta Comissão e uma boa mensagem para o exterior o Relator ser do maior grupo parlamentar, uma vez que a presidência da Comissão pertence ao Partido Socialista, que também suporta o Governo.

Deixo esta proposta, que julgo ser perfeitamente aceitável e que fica à consideração de todos os Srs. Deputados desta Comissão. Até acrescento mais: se, porventura, quiserem chegar a um consenso e o Partido Comunista ou o Bloco de Esquerda tencionarem propor um Relator, também estamos em condições de discutir essa solução.

Não nos parece muito razoável que todos os lugares de decisão, desde o Presidente ao Relator, sejam do partido que suporta o Governo.

Portanto, estamos disponíveis para apoiar qualquer proposta de Relator da parte do CDS, do PCP ou do Bloco de Esquerda, se assim o entenderem, porque, deste modo, daremos um sinal de transparência e de maior imparcialidade dos trabalhos desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, penso que a Sr.^a Deputada Berta Cabral merece uma referência.

Efetivamente, o que a Sr.^a Deputada acabou de dizer é correto, mas, olhando para o histórico das comissões, entendemos que houve, no passado, outras circunstâncias que recomendariam que pudéssemos apresentar um Relator. Veja-se: à Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES presidiu Fernando Negrão, do PSD, e o Relator foi Pedro Saraiva, também do PSD; à Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares presidiu um Deputado do CDS e o Relator era do PSD,...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Aí já é diferente!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — ... e ambos os partidos integravam o governo; à Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate verificou-se a mesma circunstância; e à Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis presidiu um Deputado do PSD e o Relator também era do mesmo grupo parlamentar.

Portanto, a referência ao histórico não se coloca e foi exatamente por isso, olhando ao histórico, que o Partido Socialista entendeu apresentar a proposta de um Relator.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por dizer que a matéria relacionada com esta Comissão Parlamentar de Inquérito é, do ponto de vista do CDS, uma matéria de Estado da maior importância. Por isso, em reuniões anteriores, o CDS teve a oportunidade de chamar a atenção da Comissão para o facto de a lei permitir que seja criado um grupo de trabalho, em vez da solução da nomeação de um único Relator.

Por essa razão, e porque temos a responsabilidade de decidir qual o modelo a adotar até à quinta reunião, o CDS pediu a todos os grupos parlamentares que ponderassem a hipótese de ser criado um grupo de trabalho, em que todos os grupos estariam representados na elaboração do relatório.

No entanto, do ponto de vista do CDS, o critério para apresentar um Relator caberia, em primeiro lugar, ao maior grupo parlamentar

representado na Assembleia, que é o PSD. Portanto, para nós, esse é o primeiro critério.

Tal como o CDS, na primeira reunião, referiu que a questão que foi levantada em relação ao Sr. Presidente da Comissão não era sequer uma questão, também aqui nos parece que este modelo de cada grupo parlamentar apresentar um nome para Relator não resolve, só por si, este problema.

Por isso, vemos a proposta do Partido Socialista com a maior reserva. Em primeiro lugar, se atendermos ao critério de o Relator ser do maior grupo parlamentar, verificamos que, neste caso, não é. Em segundo lugar, quanto ao que será desejável em termos de trabalho desta Comissão, também não nos parece a solução ideal o Relator ser do partido que suporta o Governo, o que já acontece com a presidência da Comissão.

O CDS considera que faria sentido ponderar a hipótese da constituição de um grupo de trabalho em que todos os grupos parlamentares estariam representados para a elaboração do relatório. Não sendo assim, faz sentido que o Grupo Parlamentar do PSD indique um Relator, tendo em consideração que esta é uma matéria que, obviamente, interpela as posições do Bloco de Esquerda e do PCP.

Ou seja, o que vamos ter é uma solução de geringonça — perdoe-se a expressão e não há qualquer tentativa de a qualificar — em torno da escolha do Relator e um choque entre os partidos que apoiam o Governo e os partidos da oposição.

Ou começamos já agora a quebrar o consenso que seria desejável para os trabalhos da Comissão ou tentamos encontrar, tanto quanto possível, uma solução consensual.

O CDS considera que é necessário que a Comissão pondere maduramente sobre a solução mais consensual, senão teremos um choque em matéria de escolha do Relator, o que me parece que não é desejável.

Registámos a posição do PSD e, do nosso ponto de vista, é possível ponderar soluções evitando que se comece já em rutura devido à escolha do Relator.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa registou as inscrições dos Srs. Deputados Carlos Abreu Amorim, Jorge Machado e Ascenso Simões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, aquilo que foi dito agora pelo Sr. Deputado António Carlos Monteiro, de facto, corresponde à verdade.

Em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, gostaria de fazer aqui uma declaração, que, enfim, seria escusada mas que julgo dever ser feita para a transparência do debate: não há absolutamente nada contra a pessoa do Sr. Dr. Ricardo Bexiga, muito pelo contrário. E, portanto, o que for dito daqui para a frente corresponde a uma questão institucional que diz respeito ao bom funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito e não tem qualquer relação com a pessoa do Sr. Dr. Ricardo Bexiga.

Entende-se, e sempre foi entendido em todas as comissões de inquérito, que, independentemente de ser aprovada ou não a prerrogativa ou, digamos, a primazia de apresentação de um Relator, ela cabe ao maior grupo parlamentar do Parlamento. E sempre foi assim. Uma vez essa proposta foi aprovada e outras vezes não foi aprovada. São as regras da democracia.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD, pela voz da Sr.^a Coordenadora, a Sr.^a Deputada Berta Cabral, apresentou a pessoa da Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes para Relatora desta Comissão de Inquérito, porque julgamos que a sua experiência parlamentar — já participou noutras

comissões de inquérito — nos garante as condições para que o relatório possa estar à altura, e espero que seja uma altura elevada, dos trabalhos desta Comissão que agora se inicia.

Há uma reflexão que não posso deixar de fazer. Nós não estamos num momento comum da vida parlamentar. A Assembleia da República, o Parlamento e, até diria mais, o parlamentarismo neste País estão — não vale a pena negá-lo — a passar um momento que não é dos melhores. Para o futuro das comissões parlamentares de inquérito, para o seu equilíbrio, para a sedimentação do parlamentarismo neste País e para o bom nome e reputação do Parlamento, seria bom que pudéssemos chegar a uma solução consensual e que não começássemos os trabalhos desta Comissão com fraturas que, nesta fase, poderiam muito bem ser evitadas.

O Sr. Deputado Ascenso Simões referiu, e bem, alguns exemplos históricos, mas nem sempre aquilo que está na estatística corresponde à verdade material. Referiu, por exemplo, o facto de o Sr. Dr. Pedro Saraiva ter sido o Relator da comissão parlamentar relativa ao Banco Espírito Santo, que foi um momento complicado não tanto para o Parlamento mas mais para o País — para o Parlamento foi apenas por reflexo.

Ora, no momento em que decorreu essa comissão de inquérito, estávamos ainda a cumprir o Memorando de Entendimento celebrado entre a troica e o Governo da altura. Tendo sido esse um momento de grande fratura, social e política, dentro do País — obviamente que o Parlamento reflete isso mesmo —, o relatório foi feito de um modo de tal forma idóneo que apenas teve o voto contra de um grupo parlamentar, sendo que o Partido Socialista o votou a favor.

Mesmo usando as regras normais do funcionamento das comissões parlamentares de inquérito, por vezes, o que conta é o modo como as coisas são feitas e a abrangência e o espírito aberto com que se encaram estas propostas.

É nesse sentido, e em nome da reflexão que penso que todos devemos fazer sobre o momento por que está a passar o Parlamento deste País e sobre a urgência da credibilidade em todas as dimensões, que considero necessário que o Grupo Parlamentar do PSD reitere a apresentação da candidatura da propositura para Relatora da Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes.

E faço uma declaração de compromisso em relação ao facto de esta ser uma proposta que não significa, de modo algum, que o relatório venha a ser feito por um determinado grupo parlamentar, mas, à semelhança de exemplos anteriores — bons exemplos, aliás, porque também há muito maus exemplos, como é evidente —, que esse relatório venha a ser abrangente e elaborado numa perspetiva aberta, isto é, com os contributos de todos os grupos parlamentares, refletindo não apenas a perspetiva daquilo que se vai passar daqui para a frente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas tentando que seja o espelho das várias perspetivas que cada um dos grupos parlamentares tenha sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, para clarificação dos nossos trabalhos, gostaria de dizer que não existe nenhuma regra relativamente à questão da indicação do Relator ou de quem é o proponente primário. Não existe regra e a experiência diz-nos que há soluções muito diversas.

Portanto, não havendo uma regra instituída, também não funciona aqui a regra do partido com maior representação parlamentar nem a regra do partido que apoia ou não o Governo.

Consideramos importante a questão da idoneidade, da capacidade e da credibilidade para o exercício das funções. E um aspeto que aqui foi

salientado, que julgo que os dois nomes propostos conseguem concretizar, foi o de o relatório não ser um documento fechado à partida mas alvo de discussão e de abertura suficiente, para que, com as propostas de alteração, possa ser aprovado no final pelo maior número de grupos parlamentares possível.

Infelizmente, tivemos, no passado, experiências menos felizes relativamente a esta matéria — não quero estar a exemplificar para não criar mais atrito —, pelo que espero que nesta Comissão Parlamentar de Inquérito isso não aconteça e que o Relator proposto tenha a capacidade de ouvir os restantes grupos parlamentares para chegarmos a um resultado final que seja, como disse, o mais consensual possível relativamente às conclusões do relatório.

Dito isto, quer o nome do Deputado Ricardo Bexiga, quer o nome da Deputada Joana Barata Lopes não nos oferecem problemas de credibilidade, de idoneidade e de capacidade para fazer o relatório. Para nós, não havendo qualquer problema, estaremos em condições de votar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, relativamente a esta matéria que estamos a discutir, queria agradecer a sugestão da Sr.^a Deputada Berta Cabral quando referiu que o Relator poderia ser um elemento do Bloco de Esquerda ou do PCP.

Na parte que me compete, não estou disponível até porque o Bloco de Esquerda só está representado por um elemento efetivo nesta Comissão, o que seria uma sobrecarga de trabalho, além de não ter a experiência adequada.

O artigo 10.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares refere que as comissões de inquérito devem designar um Relator numa das cinco primeiras reuniões, mas não é referido que tem de ser do partido com maior representatividade no Parlamento.

Como foi dito, as soluções são diversas. Não há uma solução apenas e, pelos vistos, temos um historial no Parlamento que obedece a todas essas situações.

Relativamente à constituição de um grupo de trabalho, não iremos indicar nenhum elemento, até porque penso que essa solução poderá complicar a elaboração do próprio relatório e poderá levar mais tempo, não esquecendo a afinidade que é preciso existir entre as várias pessoas.

O relatório será feito e haverá, com certeza, sugestões de alteração. Seria desejável que fosse aprovado por unanimidade ou, pelo menos, pelo maior número possível de grupos parlamentares.

Em relação às duas pessoas que foram mencionadas, não tenho nada a opor, antes pelo contrário, penso que merecem toda a credibilidade. No entanto, quando chegar a hora de decidir, teremos de optar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, para terminar a questão relacionada com o grupo de trabalho, gostaria de dizer que, da lista que referi — e isso pode ver-se em todo o histórico das comissões parlamentares —, houve uma única comissão que tentou criar um grupo de trabalho para a realização do relatório. Essa comissão foi presidida pelo Sr. Deputado Telmo Correia e o relatório acabou por ser elaborado pela Sr.^a Deputada Mónica Ferro, o que significa que o grupo de trabalho não funcionou.

É por isso mesmo que o Partido Socialista entende que não faz nenhum sentido retomar uma modalidade que não resultou. Desse modo, entendemos abandoná-la.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, como se falou agora na questão do grupo de trabalho, chamo a atenção para o seguinte: ouvi aqui, com toda a atenção, o desejo de vários partidos, que é também o desejo do CDS, de termos um relatório aprovado por unanimidade. Sejam realistas!

Por não estar a ser possível construir o mínimo de consenso em relação ao nome do Relator, o CDS sugeriu que se ponderasse a hipótese de constituição de um grupo de trabalho, porque, desse modo, todos os partidos estariam representados. Seria desejável que se começasse a trabalhar no consenso em torno da redação do relatório e é óbvio que esta situação vai convocar os partidos a assumirem as suas responsabilidades.

Se, em relação à indicação do Relator, parece que já se está a iniciar aquilo a que se pode chamar de uma guerra entre a esquerda e a direita, ou seja, entre os apoiantes do Governo e os que são oposição, então, não tenho a menor dúvida de que o relatório poderá ficar inquinado.

É só esse o ponto que deixo em cima da mesa, e não procuremos iludir o que está em cima da mesa. Nós tivemos o cuidado de apresentar sugestões em relação a esta matéria, no sentido de permitir que todos os grupos parlamentares se sentissem confortáveis com a solução.

Já percebemos que quer da parte do Bloco de Esquerda, quer da parte do Partido Socialista — o PCP não se pronunciou especificamente — o grupo de trabalho está fora de questão. Assim sendo, entendemos que

caberá, então, ao maior partido indicar o Relator e, não sendo esse partido apoiante do Governo, é evidente que terá o apoio do CDS, sem desprimor para a proposta do Partido Socialista.

Parece-nos que esse critério deverá ser seguido e a pessoa que foi proposta, a Deputada Joana Barata Lopes, oferece-nos a garantia de que fará o trabalho que é desejável da parte da Comissão.

É óbvio que isto acaba por confrontar o Bloco de Esquerda e o PCP com a sua posição que é a de apoiar o Governo e a proposta do partido que apoia o Governo, e que está a ser fiscalizado no âmbito desta Comissão, Ou, então, têm outra solução. Confesso que não fiquei absolutamente esclarecido com as intervenções destes dois partidos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, volto à questão levantada pelo Sr. Deputado Ascenso Simões relativamente a outras comissões e ao histórico.

Não é necessariamente o histórico que tem de nos guiar no modo como vão decorrer os nossos trabalhos daqui para a frente. Mas, mesmo assim, se verificarmos o que se passou na comissão relativa à aquisição de equipamento militar e na comissão do BES, percebemos que, em nenhuma delas, estava em causa o escrutínio do Governo em funções.

Neste momento, o que temos para decidir é se queremos ter nesta Comissão um Presidente e um Relator do partido que suporta o Governo. A escolha não se baseia no facto de ser um Relator proposto pelo partido mais representativo — o que pode ter a sua importância em termos de histórico, mas vale o que vale —, a escolha baseia-se no facto de o Relator ser de um partido que confira um equilíbrio de poderes relativamente ao Presidente da Comissão e ao partido que suporta o Governo que vai ser escrutinado,

dando uma nota de maior independência em relação aos trabalhos desta Comissão e ao relatório que vai ser produzido.

Temos de escolher entre o que foi proposto pelo PSD — mas que poderia ser proposto, como disse há pouco, por qualquer um dos outros partidos — e o que foi proposto pelo partido que suporta o Governo e que preside à Comissão.

A escolha é esta, é simples e tem uma mensagem implícita. A mensagem é a de que o PS está a procurar açambarcar todas as formas de decidir os trabalhos desta Comissão e nós estamos a propor uma solução, que até pode vir de outro partido, que dê alguma independência ao Relator na elaboração daquilo que vai ser o resultado dos nossos trabalhos.

Quero dizer, de viva voz, que não está aqui em causa o Sr. Deputado Ricardo Bexiga, nem a Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes, em quem confiamos e sabemos que tem competência e capacidade para produzir este relatório. O que está em causa, fundamentalmente — e queria deixar isto bem claro —, é que temos de escolher entre dar ao Partido Socialista todos os cargos possíveis nesta Comissão ou criar uma alternativa de maior independência, maior transparência e maior capacidade, de modo a passarmos para o exterior uma mensagem de maior equilíbrio acerca do funcionamento desta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, logo que entenda, poderemos colocar as propostas à votação.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passarmos à votação e antes de dar a palavra aos Srs. Deputados, gostaria de tornar inequívoco e de recordar a Sr.^a Deputada Berta Cabral — estou certo de que não foi essa a sua intenção — de que a minha presidência não decorre de um ato eletivo mas da aleatoriedade da distribuição das presidências das comissões. E, portanto, agradeço que não me envolva em quaisquer deliberações ou

maiorias formadas aqui, porque senão teria também de envolver o seu ilustre colega de bancada e meu ilustre Vice-Presidente, bem como o Sr. Deputado João Vasconcelos, que, tal como eu, exercem funções de acordo com as regras pré-concebidas pelo Regimento da Assembleia da República.

Decerto que não foi essa a sua intenção, mas, de qualquer maneira, queria clarificar essa questão.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigada pela oportunidade que me dá para esclarecer esta questão.

Obviamente que não foi a minha intenção, mas é uma circunstância que não podemos ignorar. Se, por acaso, a presidência fosse do PSD, não estaria aqui a fazer esta proposta.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, não era para intervir, mas estas duas últimas intervenções levam-me a querer referir alguns detalhes.

De facto, as intervenções do Sr. Deputado António Carlos Monteiro e da Sr.^a Deputada Berta Cabral, implicitamente, parecem dar a entender que, sendo o Relator do Partido Socialista, não teríamos um relatório imparcial e independente. Não posso aceitar isso!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Claro que isso não foi dito dessa forma, mas ficou no ar. Paira no ar essa posição.

Para o Bloco de Esquerda, é preciso apurar, com rigor, todos os factos e a verdade de todas as circunstâncias, independentemente de o Relator ser do partido A, B ou C.

Naturalmente que o Bloco de Esquerda tem de fazer opções e, pelos vistos, em termos de comissões de inquérito e de Relatores, as posições têm sido as mais diversificadas. Não é o que o PSD e o próprio CDS alegam.

Queria só manifestar esta posição por parte do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados Ascenso Simões e Jorge Machado estão inscritos para intervir.

Posso considerar encerradas as inscrições para este ponto?

Pausa.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, estamos a fazer um debate antecipado, ou seja, nós estamos, nas primeiras reuniões, a achar que o relatório vai ser parcial, como se, no final, os Deputados não pudessem apresentar alternativas, adendas e até mesmo reformular todo o relatório.

Parece que estamos a dizer: «Bem, o Sr. Deputado Ricardo Bexiga não é o Sr. Deputado Pedro Saraiva» e «com o Sr. Deputado Pedro Saraiva foi possível fazermos um relatório, que foi aprovado, mas com o Sr. Deputado Ricardo Bexiga já não é. Porquê? Porque o Sr. Deputado Pedro Saraiva era do PSD e o Sr. Deputado Ricardo Bexiga é do PS».

Desculpem, Srs. Deputados, mas na altura própria ver-se-á o relatório final!

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Isso é válido para os dois lados!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr.^a Deputada, tenho estado tão caladinho nesta reunião, veja lá!...

Em primeiro lugar, sabemos que as nossas assessorias nos fazem chegar todos os relatos das audições. Portanto, todos os grupos parlamentares têm informação sobre o que está a acontecer. E mais ainda: nós aprovamos esses relatos. Em segundo lugar, vamos ter acesso a todos os documentos, vamos ter a possibilidade de fazer todas as perguntas — aliás, atrás de nós estão os senhores que fazem a sindicância do nosso trabalho. Ainda por cima, já estamos a discutir o fim do trabalho! Bem, o melhor é acabar com ele!

Protestos do Deputado do PSD José de Matos Rosa.

O Relator fará uma proposta de relatório, Sr. Deputado José de Matos Rosa. Aliás, o senhor, que é tão experiente politicamente, sabe perfeitamente que o Relator faz uma proposta de relatório. Não faz um relatório, faz uma proposta!

A intervenção do Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim foi muito importante porque nos recordou a história. Nada como ter Deputados que têm a história presente e que nos podem sempre aconselhar para os melhores caminhos!

O melhor caminho é chegarmos ao fim e termos o relatório aprovado como aconteceu com o do Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para uma última intervenção, antes de submetermos as propostas à votação, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, vou ser muito sintético.

Já tivemos a experiência, em diferentes comissões parlamentares de inquérito — por coincidência, tendo em conta a rotatividade —, de o Presidente e o Relator serem do mesmo grupo parlamentar. Em alguns casos, as coisas correram muito bem e noutros casos correram muito mal. Portanto, não há a possibilidade de tirarmos uma matriz desse raciocínio.

Segunda questão: o Grupo Parlamentar do PCP não faz um juízo, *a priori*, de um pretense relatório que não existe. Não há lugar a exercícios de prognose e a nossa avaliação não é feita em função desses exercícios.

Para tentar desanuviar um bocadinho, e citando um jogador de um clube com o qual até me identifico muito, «prognósticos só no fim do jogo».

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Já toda a gente percebeu o que está em causa!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço a vossa atenção, uma vez que vamos proceder à nomeação do Relator, como consta do segundo ponto da ordem do dia.

A reunião é pública, pelo que não ficou qualquer dúvida de que o primeiro nome a ser proposto foi o do Sr. Deputado Ricardo Bexiga. Portanto, irá a votos a Lista A, que é composta pelo nome do Sr. Deputado Ricardo Bexiga.

Está, portanto, à votação a Lista A.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do BE e do PCP e votos contra do PSD e do CDS-PP.

O resultado da votação é inequívoco, pelo que não colocarei mais nenhuma lista a votação.

Sr. Deputado Ricardo Bexiga, felicito-o pela sua eleição. Tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer a confiança que me foi transmitida pelos Srs. Deputados e dar nota do espírito e da forma como cumprirei esta função.

Como já foi aqui dito, o Relator não é um decisor, limita-se a elaborar uma proposta de relatório que será depois apresentada e objeto de deliberação da Comissão.

Sem prejuízo disso, gostaria de dizer que distingo bem as funções de Deputado enquanto membro de um grupo parlamentar e as de Deputado no quadro de funções oficiais, digamos assim, no âmbito de uma comissão de inquérito com esta responsabilidade. Sei bem distinguir o que é matéria política e matéria de Estado, como também já foi referido.

Queria dar nota aos Srs. Deputados de que exercerei estas funções com total independência e imparcialidade. Tenho consciência da responsabilidade que recai sobre esta Comissão no sentido de averiguar matéria que é fundamental para a confiança dos cidadãos no funcionamento de instituições do Estado, designadamente das Forças Armadas.

De facto, o interesse desta Comissão é o de esclarecer a verdade e, sobretudo, o de apresentar um conjunto de propostas para que o que sucedeu em Tancos não volte a suceder.

Conto, naturalmente, com os contributos de todos os grupos parlamentares e de todos os Srs. Deputados. Estou certo de que conseguiremos, neste trabalho, seguir os bons exemplos aqui referidos e chegar ao fim com um relatório que seja aprovado e, sobretudo, com um

trabalho que nos orgulhe e abra a porta para que situações como as que vamos aqui analisar não voltem a ocorrer em Portugal.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Carlos Monteiro pediu a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para fazer uma declaração de voto oral em relação ao que acabou de ser votado, deixando claro que nada nos anima, concretamente, contra o Sr. Deputado Ricardo Bexiga.

Do ponto de vista dos procedimentos e do que era desejável para esta Comissão de Inquérito, o CDS expressa aqui a sua mais veemente discordância.

Consideramos que teria sido desejável que o Relator não fosse do partido que compõe o Governo neste momento, que é o Partido Socialista. Tivemos ocasião de sugerir, do ponto de vista procedimental, uma hipótese alternativa, caso o Partido Socialista não se opusesse a que o Relator fosse indicado pelo maior partido.

Percebemos, desde o início destes trabalhos, que a esquerda se uniu para impor um Relator.

Tomámos a devida nota de que esta foi uma votação em que não se procurou cultivar o mínimo consenso entre as bancadas em torno da escolha do Relator.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Consenso era fazer a vontade ao CDS!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A esquerda quis decidir quem seria o Relator, independentemente das razões que foram apontadas e das soluções de compromisso sugeridas pelos partidos da oposição.

Não podemos deixar terminar esta reunião e o processo de nomeação do Relator sem expressar o nosso mais veemente protesto quanto ao modo como isso foi feito.

Relembro que esta já é a segunda vez em que tivemos, claramente, desaguisados. Ainda na semana passada, tivemos aquela questão da devolução dos documentos, que, como sabem, e bem, o que seria desejável, no entender de alguns partidos, era devolvê-los à Procuradoria sem que esta Comissão de Inquérito tivesse oportunidade de os abordar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A sério?!...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Graças a Deus que foi possível evitar que isso sucedesse através de uma solução consensual.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Foi possível graças ao PCP!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Procurámos que houvesse disponibilidade, designadamente do Bloco de Esquerda e do PCP, para trabalhar numa solução consensual em torno da questão do Relator, mas percebemos que não houve disponibilidade, portanto damos nota disso nesta declaração de voto oral.

Protestos da Deputada do PS Sandra Pontedeira.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, tentem que os apartes não se sobreponham...

Protestos da Deputada do PS Sandra Pontedeira.

Sr.^a Deputada Sandra Pontedeira, que a sua voz se sobreponha à do Sr. Deputado do CDS é uma coisa que à Mesa pode escapar, mas que se sobreponha à do Presidente é que já não podemos deixar.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral. Peço-lhe a concisão que me esqueci de pedir ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, certamente que já percebeu que sou muito mais concisa nas palavras e irei sê-lo agora nesta minha declaração final sobre a votação.

O que tenho a dizer é que o PSD tem pena de que o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda não tenham compreendido a verdadeira razão pela qual propusemos um Relator e por que seria um extraordinário sinal dado por esta Comissão e pelo Parlamento para o exterior. Não compreenderam ou não quiseram compreender.

Como a política é feita de sinais, devo dizer que este é um muito mau sinal que estamos a dar ao exterior. O partido que suporta o Governo e que tem a presidência da Comissão não deu qualquer margem para um dos outros partidos apresentar um Relator. Cheguei a pôr em cima da mesa a ideia de que o Relator pudesse ser do CDS, do PCP ou do Bloco de Esquerda.

Portanto, está claro como água que o que estava em causa não era a imparcialidade, nem a vontade de o Relator ser do PSD; o que estava em

causa era passar um sinal de grande capacidade democrática no funcionamento desta Comissão.

Esta é que era a questão e é isso que lamento que não se tenha conseguido fazer, porque, mais uma vez, a maioria parlamentar juntou-se e o rolo compressor impôs a sua solução.

O Sr. Carlos Abreu Amorim (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Ascenso Simões pediu a palavra. Presumo que também seja para fazer uma apreciação sobre esta questão.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, a discussão vai longa, mas queria só recuperar aquilo que já havia dito.

Em primeiro lugar, teria ficado agradado se os Srs. Deputados tivessem revisitado algumas das discussões de início das comissões parlamentares para verem até que ponto é que alguns argumentos que aqui foram aduzidos não têm suporte.

Em segundo lugar, não havia mesmo uma maioria alargada relativamente à criação de um grupo de trabalho, porque a única experiência que tivemos de um grupo de trabalho não resultou.

Em terceiro lugar, não confundimos as funções do Presidente da Comissão com a realidade do Presidente da Comissão, Deputado do Partido Socialista. Não o confundimos sob o ponto de vista do que resulta da circulação das presidências pelos partidos, nem o confundimos até pelo seu percurso, pela sua qualidade de intervenção e pela sua personalidade.

Em último lugar, gostaria de referir que os Srs. Deputados mantiveram uma visão consolidada sobre o relatório. Ou seja, na perspectiva

de alguns Srs. Deputados, não teremos, com esta realidade, um relatório aprovado por unanimidade.

Bem, fomos ver e no histórico de outras comissões há relatórios que foram aprovados por unanimidade e outros que não foram aprovados por unanimidade. É claro!

Portanto, nessa circunstância, vamos chegar ao fim e vamos ser colocados à prova. Só não podemos, no início dos trabalhos, estar já a determinar o seu fim.

O Sr. Carlos Abreu Amorim (PSD): — Mas dá sinais!

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Repito: é claro que não podemos, no início dos trabalhos, estar a determinar o seu fim. Os sinais que já conhecíamos são os que se verificam hoje. Não há nenhuma diferença, nem há nenhuma leitura de circunstância.

Não é pelo facto de a Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes poder ser Relatora ou por a escolha ter incidido sobre o Sr. Deputado Ricardo Bexiga que retira mais ou menos a esta Comissão a capacidade de poder chegar a bom porto, com um relatório que seja aprovado por todos. Está nas nossas mãos e no trabalho que vamos fazer, não está nos nossos pressupostos nem nas nossas ideias.

O desafio que deixo é o de que façamos um trabalho de tal forma que possa honrar o Parlamento. É aí, nessa altura, que se honra o Parlamento, não é hoje.

O Sr. Presidente: — Sobre este ponto, a Mesa não regista mais pedidos de intervenção. Sobre-nos, da nossa ordem do dia, o ponto 3, designado por «outros assuntos», que, creio, já foram abordados com a metodologia adotada nesta reunião.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Boas festas!

O Sr. **Presidente**: — Agradeço a sugestão do Sr. Vice-Presidente: desejo a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados umas boas festas, na medida em que não teremos outro plenário antes das ditas.

Assim que começarmos a receber documentação, daremos nota dela nos termos que foram referidos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, até à próxima reunião.

Estão encerrados os trabalhos.

Eram 18 horas e 46 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.